

## **KANT, HUMBOLDT E AS BASES CONCEITUAIS DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM.**

**Aluna: Mariana Abrão Normanha**

**Orientador: Danilo Marcondes de Souza Filho**

### **I. Introdução**

A idéia deste trabalho nasceu de uma pesquisa anterior sobre as concepções de linguagem na Filosofia Moderna e suas relações com o posterior surgimento da Filosofia da Linguagem enquanto disciplina. Entretanto, naquele trabalho não se falou de Immanuel Kant, pois não é usual inclui-lo nesta tradição filosófica. Mas ser incomum não quer dizer que seja impossível, tampouco que nunca tenha sido feito, e é isto que este texto pretende mostrar.

De antemão podemos afirmar que a revolução no pensamento promovida por este autor é de uma dimensão e importância tamanha que não excluiria jamais as concepções de linguagem, além de haver alterado completamente a teoria do conhecimento, campo ao qual o estudo da linguagem estava ligado desde o *Crátilo* de Platão.

Mesmo que Kant não tenha tratado explicitamente do assunto, pensadores de sua época o fizeram a partir de uma perspectiva claramente influenciada pelos resultados da *Crítica da Razão Pura*. Este é o caso de Wilhelm von Humboldt, pesquisador de línguas empíricas, mas sobretudo filósofo e teórico da linguagem.

Mas a mais difícil e delicada tarefa que me propus foi explicitar em Kant, no texto da *Crítica da Razão Pura* e na teoria do entendimento lá formulada, os elementos lingüísticos que possibilitassem a defesa de algum tipo de relação entre nossa faculdade de conhecimento e nossa faculdade de linguagem, já que, no caso de haver tal relação, compreenderíamos melhor a natureza desta última através dos resultados alcançados por Kant em sua obra.

Reconheço que as pretensões desta pesquisa possam ser demasiadas para o tempo disponível e talvez ela não atinja todos seus objetivos, principalmente devido à escassez bibliográfica sobre os assuntos a serem tratados. Mas desde que este trabalho, como o anterior, estimule-me a continuar me aprofundando no estudo deste tema, considero-o bem sucedido.

### **II. Juízos Kantianos**

A *Crítica da Razão Pura*, de Kant, se propõe a tarefa de colocar a Metafísica na via segura da Ciência, possibilitando que ela descubra verdades, ao invés de permanecer o “terreiro de luta” sem “conquistas duradouras” ou o “mero tasteio” (B XV) que Kant descreve no segundo prefácio como sendo a situação dela até aquele momento.

Para ele, essa tarefa só será bem sucedida se for realizada uma inversão na maneira como postulamos a relação de nosso conhecimento com os objetos. Isso quer dizer que se deve reconhecer que são “os objetos que se regulam pelo nosso conhecimento” e não ao contrário, ou seja, não é possível uma intuição intelectual que tenha acesso imediatamente aos objetos externos. Nosso intelecto é ativo na recepção de dados externos, contribuindo com estruturas específicas da razão ao conhecer algo. Assim, aquilo que conhecemos não é e nem pode ser a

cópia estrita dos objetos na realidade, nem a representa fielmente, mas é antes moldado pela nossa própria faculdade de conhecer. As coisas em si são inacessíveis para nós porque só podemos ter acesso ao mundo externo pelo intermédio de nossas faculdades, que fazem muito mais do que apenas receber dados, e mesmo os dados recebidos só podem sê-lo a partir de uma estrutura específica da razão humana.

Nesse sentido, já temos um certo tipo de conhecimento *a priori* que independe da nossa experiência, um modo de conhecer os objetos antes deles nos serem dados.

Se a intuição tivesse de se guiar pela natureza dos objetos, não vejo como deles se poderia conhecer algo *a priori*; se, pelo contrário, o objeto (enquanto objeto dos sentidos) *se guiar pela natureza da nossa faculdade de intuição* posso perfeitamente representar essa possibilidade (*id.*) (o grifo é meu)

De fato, não há outra maneira de possuímos um conhecimento *a priori* que seja verdadeiro em todas as ocasiões e sem ele, qualquer afirmação necessária e válida universalmente seria impossível, nos obrigando a nos resignar às mudanças constantes da experiência e à falta de certeza que o conhecimento empírico traz, como já descrito por Heráclito e por Hume.

Tentemos pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento, o que assim já concorda melhor com o que desejamos, a saber, a possibilidade de um conhecimento *a priori* desses objetos, que estabeleça algo sobre eles antes de nos serem dados. (B XVII)

Kant observa, muito pertinentemente, que, embora todo conhecimento se inicie com a experiência, nem todo ele provém da experiência (B2). Existe, portanto, um tipo de conhecimento - os juízos *a priori* - que não deriva das impressões dos sentidos, que não tem origem na experiência e é necessário e universal.

Essas são duas características que a experiência não pode dar ao conhecimento, posto que no tempo não podemos ter experiência infinita de todas as coisas e elas podem sempre ser diferentes. Da mesma forma, algo pode surgir e se constituir como uma exceção àquilo que se considerava necessário apenas empiricamente.

Dos exemplos de juízos sintéticos *a priori* dados por Kant, alguns já foram contestados e não existe unanimidade se eles estão certos ou não. Mas para nossa pesquisa isto não é crucial. O crucial aqui é entender como o sistema epistemológico construído pelo autor contribuiu para alterar as concepções modernas de linguagem – por exemplo, a concepção atomista de significado - permitindo com isso o desenvolvimento posterior da filosofia da linguagem.

A explicação dada acima sobre os juízos *a priori* e sua importância tem utilidade para nós como material conceitual para melhor compreender este sistema epistemológico que a *Crítica da Razão Pura* descreve. Ocupar-me-ei deste assunto em seguida.

### III. Da maneira como conhecemos

É importante perceber o quanto a descrição kantiana do nosso processo de conhecimento é diferente das anteriores a ele. Em Kant, o conhecimento não tem acesso à coisa-em-si; não há uma concepção de realidade à qual nossas idéias devam corresponder ou espelhar. Nem mesmo existem idéias na nossa mente que representam os objetos da realidade, da maneira como os modernos defendiam. A partir da *CRP*, não faz mais sentido falar de idéias, de objetos na mente,

tal como em Descartes, Locke e na *Lógica* de Port-Royal, nem de “afecções da alma”, tal como em Aristóteles.

E já que se não se trata mais de representar a coisa-em-si, não cabem acusações a um suposto “véu das idéias” que atrapalharia nossa percepção das coisas no mundo. Podemos dizer que esta é a primeira grande contribuição de Kant à filosofia da linguagem, uma vez que a linguagem era acusada de ser falha por não representar adequadamente a realidade, por não se relacionar diretamente a ela, ou por atrapalhar nosso acesso e nossa compreensão da realidade. Como breve exemplo desta posição filosófica podemos citar Bacon, para quem “as palavras são formadas pela vontade da maioria e dessa má e inepta formação das palavras resulta uma *extraordinária obstrução da mente*” (*apud*. MARCONDES, pág. 154 - o grifo é meu). Eliminando essa possibilidade, elimina-se esta exigência em relação à linguagem e as idéias, entidades mentais, deixam de ter privilégio cognitivo. Assim, abre-se um novo campo de análise em que a linguagem possui papel significativo.

Se as coisas em si mesmas não nos são acessíveis, o limite da razão teórica é o limite do conhecimento humano. Nosso processo de conhecimento se resume às atividades das faculdades da razão pura e o resultado dessas atividades é sempre para nós mesmos, não sendo possível compará-lo com uma realidade externa.

... toda nossa intuição nada mais é do que a representação do fenômeno; que as coisas que intuimos não são em si mesmas tal como as intuimos, nem as suas relações são em si mesmas constituídas como nos aparecem. (...) Conhecemos somente o modo de os perceber, modo que nos é peculiar, mas pode muito bem não ser necessariamente o de todos os seres, embora seja o de todos os homens. (B59; A42)

Mesmo não tratando diretamente da linguagem, com essa nova posição epistemológica Kant fez cair todas as concepções modernas de linguagem que a tratavam como fonte de erro. As concepções mentalistas, o atomismo lingüístico, a necessidade de que as palavras correspondam às coisas, tudo isso é indiretamente derrubado pela filosofia kantiana. Todas essas teorias colocavam a linguagem em um impasse e dificultavam sua abordagem filosófica, porque transferiam o problema do significado para a esfera mental e transformavam a linguagem em uma mera intermediária entre idéias - entidades mentais de difícil definição - e objetos na realidade. Nesta posição ela era sempre acusada de atrapalhar o processo de conhecimento, além do que, reduzi-la a entidades mentais era praticamente eliminá-la.

No entanto, com Kant, uma vez que o conhecimento racional humano se limita aos fenômenos e não há maneira de tratar da coisa em si, perde o sentido desqualificar a linguagem pela sua incapacidade de representar a realidade.

#### **IV. As faculdades da razão pura**

Outra contribuição kantiana importante ao estudo filosófico da linguagem foi definir a faculdade do entendimento como discursiva, com o papel de formular juízos a partir de conceitos. “O conhecimento de todo o entendimento, pelo menos do entendimento humano, é um conhecimento por conceitos, que não é intuitivo, mas *discursivo*” (*CRP* B93, grifo meu). Obviamente, Kant não estava procurando princípios fundamentais da linguagem - principalmente porque ainda não estava estabelecida uma distinção clara entre língua e linguagem - mas em sua busca pelos princípios da razão, mostrou o caráter lógico-lingüístico da nossa faculdade de

conhecimento. A afirmação citada acima, mesmo vinda de alguém que nunca se aprofundou no estudo da linguagem, já demonstra uma mudança na postura diante da contribuição desta ao conhecimento.

Mas qual a importância desta nova abordagem kantiana para a filosofia da linguagem? Se quisermos encontrar uma resposta a esta pergunta, devemos entender melhor como se estrutura a faculdade do entendimento.

Para realizar seu projeto crítico, Kant dividiu o conhecimento humano em duas faculdades, a sensibilidade e o entendimento. Pela sensibilidade, os objetos nos são dados e, pelo entendimento, pensados. Em ambos troncos há conhecimentos *a priori*, que definem a maneira pela qual os objetos nos serão dados e pensados, conforme discutido acima.

A sensibilidade é a faculdade de *recepção* de intuições sensíveis. Através dela os objetos nos são dados. Sua característica essencial é a receptividade. Essas intuições sensíveis são a matéria essencial do conhecimento, aquilo que dá início ao processo, fornecendo material essencial para o entendimento.

O entendimento não tem capacidade receptiva, mas produtiva. Ele apenas pensa os objetos da sensibilidade, produzindo conceitos. Sua característica essencial é esta produção de representações, a qual Kant denomina espontaneidade. “O entendimento em geral pode ser representado como uma faculdade de julgar” (CRP B94), e julgar é conhecer por meio de conceitos.

Tendo sido apreendidos os fenômenos, objetos da sensibilidade, intuídos obrigatoriamente a partir do espaço e tempo (intuições puras *a priori*), obtém-se material empírico para o funcionamento do entendimento. Este é ativo, ao contrário da sensibilidade, tendo como tarefa produzir conceitos.

Estes conceitos são os elementos básicos do conhecimento, são eles que unificam, segundo uma regra, a diversidade das representações sensíveis. Os conceitos são como funções, ou seja, diante de uma diversidade, eles a unificam em uma representação comum. Funcionam, portanto, como regras para determinação de um objeto. Enquanto representações, têm como característica essencial a referência mediada aos objetos. “Só é conceito, portanto, na medida em que se acham contidas nele outras representações, por intermédio das quais se pode referir a objetos” (B94).

No entanto, essa referência ao objeto só se concretiza quando o conceito é inserido em um juízo, que é o princípio de síntese dos conceitos. No entendimento, os conceitos devem ser usados para formular juízos, pois fora destes são vazios. Apenas inseridos nos juízos os conceitos podem determinar e se referir a intuições de objetos. A relação entre conceito e objeto se dá sempre por meio de um juízo. Antes disso, eles são apenas funções unificadoras de representações indeterminadas.

O entendimento é definido pela faculdade de julgar, todos os seus atos são juízos. A anterioridade lógica do juízo em relação ao conceito demonstra que Kant define o entendimento de maneira estrutural, ou formal, já que é a estrutura (forma), ou seja, os juízos, que define os elementos (conteúdo), ou seja, os conceitos. Se abstraímos o conteúdo dos juízos, buscando a “simples forma do entendimento” chega-se às quatro figuras básicas da função do pensamento (B95).

1.

*Quantidade dos juízos*

Universais  
Particulares  
Singulares

2.

*Qualidade*

Afirmativos  
Negativos  
Infinitos

3.

*Relação*

Catagóricos  
Hipotéticos  
Disjuntivos

4.

*Modalidade*

Problemáticos  
Assertóricos  
Apodícticos

Estas quatro figuras representam a maneira como se dá a unidade dos juízos no entendimento, ou seja, quando realizamos o ato de julgar, construímos juízos obrigatoriamente a partir destes quatro modelos, inserindo-o em uma das três subdivisões que cada um apresenta. Pensar consiste em unir dados sensíveis em representações estruturadas dentro de juízos de algum desses tipos acima. Eles funcionam como regras para a união de conceitos, definindo objetos.

Dessa tábua dos juízos, Kant extrairá a tabua das categorias, que descreve o conteúdo *a priori* de todas as sínteses do entendimento e, portanto, o limite e a capacidade desta faculdade (A80). As categorias, portanto, enquanto unidades de síntese da representação, são deduzidas a partir dos juízos.

Fica claro diante dessa breve explicação e até mesmo da terminologia kantiana – juízos, conceitos, regras -, o caráter lingüístico, ou proposicional, do “pensamento”. Em outros textos, o autor afirma inclusive que é impossível pensar sem palavras (*apud*. NUCHELMANS 1983, pág. 255). Mais do que isso, pela definição do funcionamento do entendimento, podemos afirmar que esta faculdade tem um caráter especificamente lingüístico, ou discursivo. Deve existir, portanto, um paralelo entre a linguagem e a faculdade do entendimento e seu esquematismo.

Neste trabalho, o que mais me interessa em Kant é a possibilidade de entender o que caracteriza esta relação entre linguagem e entendimento. Tomando “estrutural” como um funcionamento de acordo com regras lógicas bem definidas, permitindo uma associação construtiva dos seus elementos de tal maneira que o produto seja mais que a mera associação deles; parece-me bastante plausível que a relação mencionada acima esteja localizada no caráter estrutural, que ambos, entendimento e linguagem, possuem. Pois, se a característica manifesta da

faculdade do entendimento é ser discursiva e se ela está organizada estruturalmente, então também a linguagem - num sentido geral - deve ter a mesma organização.

No entanto, tal observação precisa ser cautelosa. Na época em que Kant escreveu não se fazia diferenciação entre língua e linguagem, não havia a separação atual entre língua enquanto vernáculo, objeto empírico, variável cultural e geograficamente, e linguagem como o aspecto mais geral, comum a todas as línguas.

Portanto, para o autor em questão, linguagem era aquele objeto empírico e não este do qual tentamos tratar presentemente, ou seja, uma estrutura abstrata, geral, “subjacente” a todas as instanciações possíveis e conhecidas. Olhando por esse lado, fica mais fácil entender porque Kant não tratou da linguagem, mesmo tendo sido criticado por alguns de seus contemporâneos.

A cautela está em não identificarmos o problema de Kant quanto ao entendimento com um questionamento sobre a linguagem, já que dificilmente teria sido este o seu objetivo. O interessante para se fazer é investigar a possibilidade de analisá-la com o mesmo nível de generalidade que Kant analisou o entendimento e baseando-nos na relação existente entre ambos, usar seus resultados na *Crítica da Razão Pura* como base argumentativa para uma teoria estruturalista da linguagem.

## V. Wilhelm von Humboldt e a variação linguística

A revolução copernicana da *CRP* permitiu o deslocamento do “eixo central” do conhecimento, retirando-o do mundo para colocá-lo no homem. Dessa maneira, o resultado da atividade intelectual humana adquiriu um caráter objetivo, permitindo um estudo mais rigoroso. A linguagem, como fruto dessa atividade, também começou a receber mais atenção, com estudos voltados não a crítica-la e negar sua importância, como faziam os modernos, mas a teorizá-la.

Wilhelm von Humboldt (1767 – 1835) foi um destes estudiosos. Contemporâneo e amigo de Kant, pesquisador do sânscrito, chinês e várias outras línguas, construiu uma teoria da linguagem, ultrapassando a mera pesquisa empírica (que se popularizava naquela época), sendo talvez um dos primeiros a fazê-lo.

As relações entre seu pensamento e o de Kant são várias, pois o que Humboldt fez, entre outras coisas, foi estender as conclusões daquele autor ao domínio da linguagem, mostrando que todos possuem uma capacidade universal de linguagem que nos constitui enquanto homens e sujeitos do conhecimento. Também para ele a linguagem é inseparável do pensamento, ambos se inter-relacionam, criando um ao outro em um processo contínuo.

No entanto, o foco de Humboldt é a linguagem e não o conhecimento. Por isso, o autor parte de uma concepção kantiana, mas não argumenta em favor dela, pois sua preocupação está voltada para defender teses lingüísticas. Este é um aspecto interessante do autor, pois permitiu que ele escapasse de certos preconceitos filosóficos comuns na época e ampliasse a gama de questões filosóficas a respeito da linguagem.

Para Humboldt, no texto *Sobre a diversidade da estrutura da linguagem humana*, o processo de formação de conceitos e organização da experiência só pode se dar através da linguagem. Sem ela o pensamento é informe, inarticulado e sem sentido, ou seja, não há pensamento sem linguagem, ela é o órgão formador do pensamento. A maneira como elaboramos nossa experiência e enxergamos o mundo depende da maneira como nossa faculdade de linguagem articula estes dados. Esta concepção é ainda mais forte que a de Kant, uma vez que ele dotou o entendimento de estrutura lingüística, e não especificamente de uma linguagem. Por isso em Kant não se pode afirmar que os juízos do entendimento são orações, mas já em Humboldt o

pensamento não somente se constitui em orações e os conceitos em palavras, mas também a expressão do pensamento participa de sua formação.

Tal como o conhecimento, tampouco a linguagem provém de um objeto como de algo dado a ser simplesmente reproduzido; ao contrário, ela encerra uma maneira de apreender espiritual que constitui um fator decisivo em todas as nossas representações do objetivo. (CASSIRER 2001, pág. 144)

Sua concepção de linguagem é centrada na idéia de *força espiritual*, de onde se originam todas as atividades “internas” do homem e de onde vem o impulso originário da linguagem. Este conceito, no entanto, não é claramente definido por Humboldt, como não o são quase todos que utiliza. A clareza destes surge ao longo da leitura do texto e da compreensão de seus pontos de vista. Numa tentativa de esclarecimento, a força espiritual seria um “princípio vital interno”, resultante uma “causa autônoma e originária” que não podemos explicar ou conhecer. (cf. HUMBOLDT 1990, 19)

Por pior que seja a definição dada pelo autor, devemos nos fixar no fato de que esta força tão fundamental ao homem tem como principal expressão a linguagem. E por mais que não possamos estabelecer univocamente sua referência, devemos nos ater aqui ao modo como ele descreve seu funcionamento, que é o que, de fato, contribui para o estabelecimento de uma teoria da linguagem.

Mesmo que baseado em um princípio mentalista, a teoria de Humboldt não se distancia das singularidades concretas, mas, pelo contrário, concilia a diversidade da experiência com um princípio geral que a fundamenta, mas sem ser apenas uma mera categoria geral e distanciada da realidade. Pelo contrário, ela participa ativamente da produção destas singularidades e se mantém em contato com elas.

Explico-me: a força espiritual, ao mesmo tempo em que constitui o impulso inicial e fundamental do pensamento do homem, se realimenta e se reestrutura a partir dos efeitos que percebe deste pensamento sobre o mundo e sobre os outros homens. Mais ainda, como estamos inseridos em uma coletividade, a força espiritual de cada um tende também a se coletivizar, formando a força espiritual de um povo ou de uma nação, que reúne as características comuns e específicas a este agrupamento.

Diferentemente das concepções mentalistas modernas de linguagem, tais como a de Descartes e Locke, Humboldt consegue lidar com a diversidade da experiência e da linguagem e conciliá-la com a objetividade necessária ao conhecimento, pois, embora a formação dos conceitos seja individual, participa dela uma parte objetiva, que é resultado da influência retroativa das criações da força espiritual sobre nós. Além disso, existe um caráter coletivo nesta formação, pois a força espiritual de uma nação também influencia o indivíduo. Por isso, não faz sentido a oposição de *mentalismo* a *objetivismo* em Humboldt, ou de *geral* a *singular*, pois estes são ambos aspectos de uma mesma atividade, contribuindo para a produção constante das obras humanas.

A capacidade de linguagem, forma em que a força espiritual melhor se expressa (cf. HUMBOLDT 1990, 19), tem as mesmas características desta. Embora seja universal, presente em todos os humanos, ela se apresenta como uma *disposição* para a linguagem e não como determinação, deixando em liberdade a maneira individual de expressão. Assim, cada indivíduo usa a linguagem como melhor lhe convém, regulando sua expressão a partir da coletividade, de acordo com a maneira como os outros ao seu redor falam e como eles o entendem, de tal forma

que a língua falada é constantemente recriada. Fica claro nesta concepção a dialética entre individual e universal e a maneira como eles se conectam.

A atividade subjetiva forma um objeto no pensamento, pois nenhuma classe de apresentação pode ser tomada apenas como pura contemplação receptiva de algo já presente. (...) Mas a linguagem é indispensável para isso, pois assim que este esforço mental irrompe pelos lábios como linguagem, o produto deste esforço retorna ao ouvido do falante. Dessa forma a apresentação se transforma em objetividade real, sem ser privada nesse caso da subjetividade. Somente a linguagem pode fazer isso e sem essa transformação (...) qualquer pensamento enquanto tal é impossível. (HUMBOLDT *apud.* HARRIS & TAYLOR 1989, pag. 158)

Obviamente, se a linguagem tem tamanha influência no pensamento e se cada agrupamento social possui sua própria língua (expressão particular da linguagem), então, de alguma maneira, essa língua particular manifesta e influencia as concepções específicas do grupo. Tal fato é o que mais interessa Humboldt, que tenta encontrar a partir da pesquisa empírica das diversas línguas esclarecimento sobre a razão e origem da diversidade.

O problema da variação lingüística preocupa os filósofos e serve de argumento contra a importância da linguagem desde Platão. Era inconcebível que algo tão inconstante pudesse ter algum tipo de objetividade e contribuir para o conhecimento. Por isso, ao longo da história da filosofia descartou-se constantemente a linguagem com base nesse argumento. É interessante como Humboldt consegue lidar com ele e revelar a contribuição epistêmica da linguagem sem precisar recorrer a remédios intermediários entre linguagem e mundo.

Para ele, a variação lingüística não se dá devido à imprecisão conceitual, ou à incapacidade das palavras de representar as coisas, mas por expressar a peculiaridade da força espiritual das nações. Ainda assim, pode ser considerada de maneira objetiva, pois está calcada em um fundamento universal.

Uma vez que a disposição natural à linguagem é universal no homem, e todos possuem a chave para o entendimento de todas as línguas, segue-se automaticamente que a forma de todas as línguas deve ser essencialmente a mesma e sempre atingir o mesmo propósito universal. A diferença só pode estar nos meios, e apenas dentro dos limites permitidos para se alcançar o objetivo. (HUMBOLDT *apud.* HARRIS & TAYLOR 1989, pag. 151)

Considerando-se a dependência mútua de pensamento e palavra, torna-se evidente que as línguas não são meios de representar a verdade já conhecida, e sim, antes de mais nada, meios de descobrir a verdade até então desconhecida. A diversidade das línguas não concerne aos sons e signos, e sim às concepções de mundo que lhes são inerentes.” (CASSIRER 2001, pág. 145)

Lidar dessa maneira com um problema tão antigo só foi possível porque Humboldt se preocupou em estudar a linguagem enquanto tal e não enquanto representação do mundo, ou das idéias na nossa mente, ou a sua possibilidade de contribuição ao conhecimento. Olhando apenas para a linguagem, ele a percebeu não como um obstáculo, cuja posição seria intermediária entre homem e mundo, pois a linguagem não é algo separado desses dois elementos, assim como o mundo não se apresenta ao homem separado dele. A linguagem constitui o homem e o homem

constitui o mundo. A pergunta sobre a contribuição da linguagem para o conhecimento tem que, necessariamente, ser reformulada ou, quem sabe, eliminada.

A distinção entre língua e linguagem que começou a ser feita nesta época também ajudou a lidar com o problema da variação lingüística. No Alemão, língua em que escreveu Humboldt, há apenas uma palavra para expressar estes dois conceitos, mas no texto do autor percebe-se claramente o uso deliberado dos dois sentidos: *língua* enquanto expressão característica de uma coletividade, específica de uma nação, para usar termos do autor; e *linguagem* enquanto a totalidade dessas expressões e/ou a capacidade generalizada e inerente ao homem de produzi-las.

A diversidade, portanto, está no nível da língua, enquanto expressão individualizada de uma estrutura, ou disposição universal. A linguagem continua sendo comum a todos, assim como a força do espírito, o princípio original desta. Mas esta oposição entre diversidade das línguas e universalidade da linguagem não pode ser entendida de uma maneira estática, muito menos como uma oposição que afasta os conceitos. Antes de mais nada, também é preciso esclarecer que, além do sentido usual, explicado acima, Humboldt tem uma interpretação bastante específica destes termos.

Para o autor, a linguagem e, mais ainda, as línguas, só podem ser pensadas como atividades, nunca como produtos. Uma vez que a linguagem é parte do pensamento, e isto inclui sua expressão, apenas no falar é que esta atividade se concretiza. A linguagem é a atividade permanente de transformar dados sensoriais em pensamentos expressos verbalmente. A língua é o conjunto dos usos que se faz dela. “O que denominamos a essência e forma da linguagem nada mais é do que o elemento permanente e uniforme que podemos detectar, não em uma coisa, mas no trabalho realizado pelo espírito para fazer do som articulado a expressão de um pensamento” (HUMBOLDT *apud*. CASSIRER 2001, pag. 147).

Enquanto atividade formadora do pensamento, a linguagem define também o próprio homem e até mesmo toda uma nação, seus conceitos e seu caráter. Como já foi dito acima, a maneira como elaboramos nossa experiência e enxergamos o mundo depende da maneira como nossa faculdade de linguagem articula estes dados. Entretanto, embora esta faculdade seja comum a todos, a maneira de articular os dados não é. Exatamente por ser algo tão geral, ela permite uma gama imensa de determinações. A língua expressa uma articulação, sendo adaptada constantemente para melhor fazê-lo. Ao mesmo tempo, como o processo é dinâmico, cada etapa do processo influencia uma à outra e acontecem simultaneamente. Além disso, a atividade de formação do pensamento já trabalha sempre com uma carga anterior de expressões dadas, trazida pelas atividades passadas, portanto, ela “não é atividade puramente criativa, mas também transformadora do existente” (HUMBOLDT 1990, 47). Daí percebemos como e porque as línguas não só são diferentes entre os povos, como também se modificam ao longo do tempo.

Como podemos perceber, a teoria de Humboldt confere um papel extremamente importante à linguagem enquanto dado social. Por mais que ela seja uma produção individualizada, o homem está inserido em uma coletividade que o afeta e o transforma, obrigando-o a responder a ela. Tudo isso se dá majoritariamente através da linguagem.

Apenas com esta breve descrição, percebe-se a riqueza do pensamento que Humboldt formulou. Por isso, o estudo deste autor não pode se conservar na análise de apenas um aspecto da linguagem, pois isto levaria a falhas de compreensão e incoerências. Obviamente, para realizar um estudo completo me levariam muito mais páginas do que as que escrevi, mas não pretendi aqui esgotar o assunto.

O que tentei foi ressaltar os aspectos que revelam a originalidade deste autor que, ao mesmo tempo que utilizou de uma teoria fora de seu campo de estudo para fundamentar seu pensamento, alargou as possibilidades teóricas de uma disciplina ainda nascente.

## **VI. Conclusão**

Uma interpretação estrutural e dinâmica da linguagem permite lidar com a diversidade sem que seja preciso eliminar a possibilidade de uma generalidade que confira a primeira um caráter objetivo, pois ela parte de um pressuposto construtivista e não determinista. A linguagem deixa de ser algo dado, definido, para ser um conjunto de regras e características que permitem diversas combinações.

Se o mérito de Kant foi definir a faculdade do entendimento de maneira estrutural e discursiva, abrindo o campo para uma compreensão generalista e igualmente estrutural da linguagem, o de Humboldt foi encontrar uma maneira de aproximar esta generalidade da linguagem enquanto um fato concreto e, sobretudo, social.

A definição da faculdade de entendimento dada por Kant e brevemente apresentada aqui, embora permita o questionamento da possibilidade de representação da coisa-em-si e, conseqüentemente, da função da linguagem como representação, estabelece princípios cognitivos extremamente gerais, dificilmente relacionáveis com o mundo empírico. Além disso, este autor não possui uma concepção de linguagem, o que torna o seu estudo a partir desta ótica algo extremamente delicado e de difícil abordagem. Por isso, sua importância aqui foi servir de ponte, assim como de contexto teórico para a compreensão de Humboldt.

Este, por sua vez, conseguiu aplicar o desenvolvimento filosófico de Kant a uma investigação focada principalmente na linguagem e formular um pensamento que abordou tanto os seus aspectos mais gerais e fundamentais quanto os empíricos. Mais do que isso, a partir de um ponto de vista inaugural, pode eliminar os problemas tradicionais da reflexão sobre a linguagem quando, unindo-a ao pensamento, descaracterizou seu papel de intermediária, por vezes empecilho, entre o homem e o conhecimento.

Além disso, chamou atenção para o caráter público da linguagem, da sua importância nas interações sociais, seu papel político e, portanto, do seu aspecto comunicacional que até então tinha sido poucas vezes mencionado e que atualmente está no centro de praticamente todas as investigações sobre o tema.

No entanto, apesar da riqueza de temas e inovações, Humboldt foi pouco argumentativo e deixou lacunas teóricas sérias que não nos permitem ter certeza quanto à maneira como seus conceitos se relacionam ou a que especificamente eles se referem. Por isso, seu texto se parece mais com uma reflexão, com a construção de hipóteses do que com a de um sistema.

Seria interessante investigar mais a fundo as possibilidades de aproximação e complementação destes dois autores, procurando sistematizar e precisar melhor os conceitos de Humboldt para entender sua possibilidade de aplicação no sistema kantiano.

O cerne do que foi mostrado aqui é o quanto estes dois pensadores foram fundamentais para a filosofia da linguagem, porém, mais importante do que encontrar causas e atribuí-las, é identificar tendências de pensamento, entender seus princípios e perceber como eles influenciaram seus sucessores. Por isso, não procurei neste texto apontar os dois autores estudados como “pais” da atual filosofia da linguagem, mas tentei trazer à tona certos fatos importantes do processo de transformação do pensamento que levou ao estabelecimento desta disciplina. Obviamente, as causas são múltiplas e muitas delas não foram mencionadas aqui, principalmente devido ao foco específico que procurei dar neste texto.

A compreensão de mais uma parte da história da filosofia foi um excelente aprendizado, mas acima de tudo, considero como resultado mais importante, a possibilidade de interpretar o estudo contemporâneo da linguagem a partir de uma base de conhecimento mais sólida, porque melhor estruturada e fundamentada quanto aos seus pressupostos teóricos.

## **VII. Bibliografia**

- 1 - KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 680p.
- 2 - HUMBOLDT, Wilhelm von. **Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano**. Tradução de Ana Agud. Barcelona: Anthropos, 1990. 435p.
- 3 - BEISER, F. Wilhelm von Humboldt. In: CRAIG, Edward. **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. Londres: Ed. Routledge, 1998. 10v.
- 4 – HARRIS, R. & TAYLOR, T. **Landmarks in linguistic thought**. Routledge, 1989.
- 5 – CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**. Tradução Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 416p.
- 6 – NUCHELMANS, Gabriel. **Judgment and proposition**. Amsterdam: North Holland Publishing Company, 1983. 295p.
- 7 - MARCONDES, Danilo. O Problema do erro no surgimento da Filosofia Moderna. **Linguagem e filosofia: Anais do Segundo Simpósio Internacional Principia**. Florianópolis: UFSC, 2002. p.146-162.